



POLÍTICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA ESCOLA

Autor(es): VOLZ, Fabiana Lopes; BECKER, Luis Felipe Kruger

Apresentador: Fabiana Lopes Volz

Orientador: Maria de Fátima Cossio

Revisor 1: Maria das Graças Pinto

Revisor 2: Mauro Burkert Del Pinto

Instituição: Universidade Federal de Pelotas

Resumo:

Este estudo objetiva analisar as políticas públicas de educação que apresentam potenciais democratizantes e seus possíveis impactos nas práticas concretas das escolas da rede municipal de Pelotas, situadas na região urbana da cidade. A investigação, caracterizada pela abordagem qualitativa e pela metodologia de Estudo de Caso, teve início em junho de 2009 a partir do levantamento e análise documental das principais políticas nacionais para a educação. Para fazer este levantamento definiram-se quatro áreas que, pelo nível de abrangência, pudessem congregiar o maior número de projetos, programas e regulamentações nacionais, quais sejam: 1. Políticas de acesso, permanência e sucesso escolar; 2. Políticas de formação de professores 3. Financiamento da educação 4. Gestão democrática da educação. No item 1, destacaram-se o Plano de Desenvolvimento da Educação/PDE, incluindo neste item o Plano de Ações Articuladas/PAR; os Programas complementares e as Políticas de inclusão. No item 2, encontrou-se uma vasta regulamentação, oriunda do Conselho Nacional de Educação/CNE, através de normativas e diretrizes que orientam a organização curricular dos cursos de Licenciatura, bem como programas de incentivo e oferta de educação à distância. No item 3, realizou-se o estudo do FUNDEB, centrando nas possibilidades de avanço em relação ao FUNDEF e do PDDE, em ambos procurou-se analisar a política de descentralização e de autonomia financeira. No item 4, analisou-se: o Projeto Político-Pedagógico da Escola e o Regimento Escolar, a eleição de diretores; a constituição de Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis. Concluiu-se, até o momento, que desde a Constituição/88 e a LDB/96, a democratização da educação está na pauta dos debates e faz parte do conjunto dos dispositivos legais e oficiais da educação, cabendo a análise das práticas. A seleção dos casos para a segunda etapa ocorrerá pelo mapeamento das iniciativas inovadoras em curso nas escolas da rede municipal, selecionadas por meio de entrevistas. Assim, de posse das políticas nacionais e do mapeamento da realidade das escolas terá início a terceira etapa da pesquisa: Os processos inovadores de gestão das escolas selecionadas. Neste momento, pretende-se analisar as motivações para o desenvolvimento de projetos pedagógicos emancipatórios, suas condições objetivas de realização, os impactos nas aprendizagens dos alunos, o caráter inovador e as vinculações destas iniciativas com as políticas mais amplas e o papel da gestão das unidades escolares.